



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA  
REGISTRADO(A) SOB Nº

**ACÓRDÃO**



\*03760654\*

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0154991-76.2010.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante NILDA PATROCINIO DA COSTA (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelado VIAÇÃO TANIA DE TRANSPORTES LTDA.

**ACORDAM**, em 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO M.V., VENCIDO EM PARTE O REVISOR, QUE DECLARARÁ VOTO.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores GILBERTO LEME (Presidente sem voto), CAMPOS PETRONI E BERENICE MARCONDES CESAR.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2012.

  
**DIMAS RUBENS FONSECA**  
RELATOR

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
APEL. Nº0154991-76.2010.8.26.0100

1

**APEL. (C/ REVISÃO) 0154991-76.2010.8.26.0100**

**COMARCA: SÃO PAULO (32ª VC - CENTRAL)**

**APTE: NILDA PATROCÍNIO DA COSTA**

**APDA: VIAÇÃO TANIA DE TRANSPORTES LTDA**

**JD 1º GRAU: BRUNO PAES STRAFORINI**

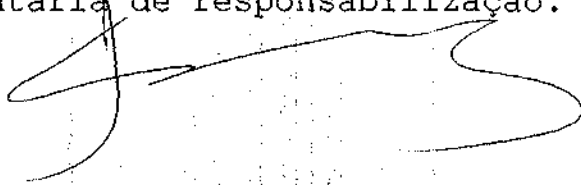
**VOTO Nº 6.221**

**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO.** Acidente de veículo. Atropelamento. Responsabilidade civil objetiva afastada. Ausência de relação contratual ou de prestação de serviços entre as partes. Pedestre que adentra ao leito carroçável em local indevido e de risco, assume as consequências de seu ato. Culpa do motorista do coletivo não comprovada, o que afasta a obrigação de indenizar. Recurso desprovido.

Trata-se de apelação interposta por **NILDA PATROCÍNIO DA COSTA** nos autos da ação de indenização que move contra **VIAÇÃO TANIA DE TRANSPORTES LTDA**, com pedido julgado improcedente pela r. sentença de fls. 132/134, cujo relatório se adota.

Alegou que a empresa privada prestadora de serviço público, em relação a terceiro não usuário do serviço, possui responsabilidade civil objetiva e, que por isso, tem o dever de indenizar, em face do princípio do risco administrativo.

Afirmou que a apelada não provou a culpa exclusiva da vítima, única forma que a isentaria de responsabilização.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
APEL. Nº 0154991-76.2010.8.26.0100

2

Requeru a inclusão dos filhos do falecido no polo ativo.

Requeru a reforma da r. sentença para que o pleito seja julgado procedente com a condenação da apelada ao pagamento de indenização por danos materiais e morais nos termos da inicial, além das verbas sucumbenciais e honorários advocatícios que devem ser fixados em quinze por cento (15%) do valor da condenação.

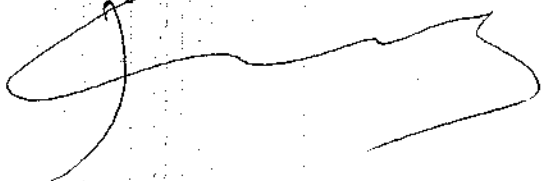
Foram oferecidas contrarrazões, com pleito para desprovimento do recurso.

É, em síntese, o relatório.

Pelo que dos autos consta, em 28 de novembro de 1990, José Vieira de Lima Junior, companheiro da apelante, em virtude de acidente de trânsito veio a falecer.

Em que pesem as alegações da apelante, primeiramente, cumpre esclarecer que não há que se falar em responsabilidade civil objetiva da apelada.

Ao que se tem, respeitando os entendimentos em contrário, a responsabilidade civil objetiva prevista no art. 37, § 6º, da Constituição Federal deve ser analisada com critério, sendo aplicável tão só aos casos em que exista o vínculo contratual do lesado com a administração ou prestação de serviços públicos à população, o que não ocorreu no presente caso, uma vez que a vítima não estava fazendo uso do serviço de transporte.



Neste sentido: "De fato, é a apelada concessionária prestadora de serviço público de transporte de passageiros. E, nesse sentido, dispõe o artigo 37, § 6º, da Constituição Federal: "(...) as pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos causados pelos seus agentes a terceiros (...)", equiparando a responsabilidade das concessionárias à do Estado, que é objetiva. Todavia, o regramento referido é estritamente aplicado àqueles que se valem dos serviços, têm relação direta com eles. Na situação, a objetividade da responsabilidade da concessionária está restrita ao prejuízo que causar aos usuários do transporte. A vítima não era usuária, mas terceira, que tentava atravessar a via pela qual se conduzia o veículo de propriedade da apelada. Assim, para o caso, o regime de responsabilidade a que se submete a apelada é o subjetivo"<sup>1</sup>.

O princípio da paridade das responsabilidades, por certo, não admite a exasperação da obrigação do Estado a ponto de lhe impor o dever de arcar, sempre às custas dos contribuintes, com todo e qualquer resultado lesivo decorrente de ato da administração ou de seu agente, isto porque a conduta exclusiva

---

<sup>1</sup> SÃO PAULO. Tribunal de Justiça (33ª Câmara de Direito Privado). Apelação Cível nº 1217294-0/4. Rel. Des. Sá Moreira de Oliveira. Julgado em 15/06/2009.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
APEL. Nº0154991-76.2010.8.26.0100

4

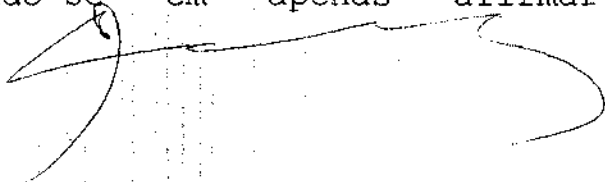
daquele que sofreu a lesão afasta qualquer encargo a terceiro.

Como dito alhures, em sendo a prestação de serviço decorrente de concessão ou permissão, o dever do concessionário ou permissionário não pode ser alargada de tal monta a alcançar aquele que não se insere nas condições clausulares assumidas com o Poder Público, sendo de razoável compreensão que a obrigação se restrinja ao âmbito da atividade pactuada.

Sob esta alheta, deduz-se que causas externas ao que se contratou se submetem às regras gerais, sem adstrição ao risco da atividade administrativa, até porque se a busca do Estado, por meio da atuação da administração, é o bem estar da coletividade, por certo esta orientação não pode ser subjugada pelo interesse individual.

Assim, afastada a aplicação da responsabilidade civil objetiva ao caso, o dever de indenizar se configura mediante a comprovação do dano, do nexo causal e da culpa do agente, cabendo à autora, ora apelante, nos termos do art. 333, I, do Código de Processo Civil, fazer prova do seu direito à indenização, ônus do qual não se desincumbiu.

Em análise certa, conclui-se que a apelante sequer cuidou de evidenciar, com a clareza necessária, a dinâmica dos fatos, compadecendo-se em apenas afirmar que o



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
APEL. Nº0154991-76.2010.8.26.0100

5

companheiro da apelante foi atropelado, e, portanto, esta estaria credenciada a ser indenizada.

Deve-se ressaltar que o Boletim de Ocorrência de fls. 28/29 deu conta de que o acidente ocorreu em circunstâncias a serem apuradas e o laudo do Instituto de Criminalística juntado às fls. 30/31 informou que os sistemas de segurança do veículo para o tráfego (freios, direção e elétricos) atuavam normalmente.

Assim, diante dos elementos probatórios constantes dos autos, o fato é que não foi comprovada a culpa do motorista da empresa apelada, sendo certa que a atitude da vítima, ao cruzar a via em local não indicado para a travessia de pedestre, para dizer o menos, deu causa ao acidente.

No que concerne ao pedido de inclusão dos filhos do falecido no polo ativo da ação (fls. 123 e 137), soa estranho ante as regras do processo e, portanto, não pode ser deferido.

Ante ao exposto, pelo meu voto, nego provimento ao recurso.



**DIMAS RUBENS FONSECA**

**RELATOR**

PODER JUDICIÁRIO  
SÃO PAULO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0154991-76.2010.8.26.0100

COMARCA DE SÃO PAULO

APTE.: NILDA PATROCÍNIO DA COSTA - (autora)

APDA.: VIAÇÃO TÂNIA DE TRANSPORTES LTDA. - (ré)

VOTO

Nº

17.244

**Atropelamento de pedestre por ônibus. Falecimento.  
Responsabilidade objetiva da Concessionária. R.  
sentença de improcedência.**

Adoto o mesmo relatório do voto 4.221, do  
Exmo. Relator sorteado, Des. Dimas Rubens Fonseca,  
aproveitando também o de fl. 132.

Saneador à fl. 90, tendo sido dado à causa  
o valor de R\$ 331.500,00.

**É o relatório.**

*Data maxima venia*, ousou divergir, pois  
incontroverso que o ônibus dirigido pelo motorista Lourival  
atropelou e matou a vítima José Vieira, constando danos  
no veículo, fl. 30, o que indica certa velocidade.

Cabível afastar a responsabilidade exclusiva  
da vítima, e o motorista deveria ter brecado, buzinado ou  
desviado, havendo entendimento de que a  
responsabilidade objetiva refere-se também a quem não é  
passageiro do coletivo.

Veja-se, sempre com negritos nossos:

0032283-65.1999.8.26.0114 - Apelação

Relator(a): Francisco Loureiro

Comarca: Campinas

Órgão julgador: 37ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 19/01/2012

Data de registro: 30/01/2012

Outros números: 00322836519998260114

Ementa: RESPONSABILIDADE CIVIL - Acidente de trânsito envolvendo

**APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0154991-76.2010.8.26.0100**

**ônibus e pedestre que atravessava a rua - Responsabilidade objetiva da concessionária também em relação a terceiros, não usuários do serviço prestado - Precedentes do STF - Aplicabilidade, contudo, das eximentes de responsabilidade civil - Culpa exclusiva da vítima caracterizada no caso concreto, a afastar a responsabilidade da concessionária e, por conseguinte, da seguradora - Recurso não provido.**

=====

**0228988-97.2007.8.26.0100** Apelação

**Relator(a):** Marcos Ramos

**Comarca:** São Paulo

**Órgão julgador:** 30ª Câmara de Direito Privado

**Data do julgamento:** 18/01/2012

**Data de registro:** 19/01/2012

**Outros números:** 2289889720078260100

**Ementa:** Veículo automotor - Acidente de trânsito - Atropelamento - Ação de indenização por danos morais - Demanda de neta de pessoa falecida contra empresa de ônibus - Reconhecimento de conexão com outras duas ações idênticas, promovidas pela viúva e filhas do de cujus, que corriam perante outras Varas Cíveis da Capital - Julgamento em conjunto - Correta providência - Sentença de improcedência - Manutenção do julgado - Necessidade - Prova firme e uníssona no sentido de que a culpa foi exclusiva da vítima, que atravessou movimentada avenida da Capital quando o semáforo lhe era desfavorável - Existência - Nenhum indício de que o coletivo estivesse sendo dirigido em excesso de velocidade ou mediante falta de cautela - **Ausência, na hipótese, de responsabilidade objetiva da concessionária de serviço público - Precedentes jurisprudenciais do STJ - Apelo das autoras desprovido**

=====

**0630691-40.2003.8.26.0002** Apelação

**Relator(a):** Marcos Ramos

**Comarca:** São Paulo

**Órgão julgador:** 30ª Câmara de Direito Privado

**Data do julgamento:** 23/11/2011

**Data de registro:** 23/11/2011

**Outros números:** 6306914020038260002

**Ementa:** Veículo automotor - Acidente de trânsito - Ação de indenização por danos materiais e morais - Atropelamento - Sentença de improcedência - Necessidade de parcial reforma do julgado - Existência de suficiente prova no sentido de que o ônibus da empresa ré era conduzido em excesso de velocidade por via urbana com circulação de pessoas que trabalhavam nas proximidades do CEAGESP, sem a cautela necessária, vindo a colhar a vítima - Culpabilidade do motorista evidenciada - Inteligência, ademais, do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, que prevê a responsabilidade objetiva da concessionária de serviço público em face de terceiro não usuário - Ônus probatório da requerida, que não logrou demonstrar ocorrência de culpa exclusiva da vítima - Dano moral existente - Pensionamento mensal devido - Indevida a condenação à compra de jazigo, eis que não comprovada sua necessidade. Apelo parcialmente provido.

=====

**9134464-61.2007.8.26.0000** Apelação

**Relator(a):** Ferraz Felisardo (EMTU)

**Comarca:** Diadema

**Órgão julgador:** 29ª Câmara de Direito Privado

**Data do julgamento:** 17/08/2011

**Data de registro:** 22/08/2011



PODER JUDICIÁRIO  
SÃO PAULO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3

APelação COM REVISÃO Nº 0154991-76.2010.8.26.0100

**Outros números:** 992070331773

**Ementa:** ACIDENTE DE VEÍCULO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO CUMULADA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - ATROPELAMENTO NA VIA PÚBLICA - EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO - **RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA** - ARTIGO 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA - AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE - RECURSO PRINCIPAL NÃO PROVIDO - RECURSO ADESIVO NÃO CONHECIDO. A responsabilidade civil da empresa concessionária de serviço público em relação a terceiros é objetiva, conforme o artigo 37, § 6º, da Constituição Federal. Tal responsabilidade pode ser afastada por culpa exclusiva na vítima.

=====

**RE 591874 / MS - MATO GROSSO DO SUL**  
**RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

**Relator(a):** Min. RICARDO LEWANDOWSKI

**Julgamento:** 26/08/2009      **Órgão Julgador:** Tribunal Pleno

**Publicação:**

**REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO**

DJe-237 DIVULG 17-12-2009 PUBLIC 18-12-2009

EMENT VOL-02387-10 PP-01820

**Parte(s)**

RECTE. (S)	: VIAÇÃO SÃO FRANCISCO LTDA
ADV. (A/S)	: CTD EDUARDO BROWN DA SILVA E OUTRO(A/S)
RECD. (A/S)	: JUSTA SERVIN FRANCO E OUTRO(A/S)
ADV. (A/S)	: ADELMAR DEMERVAL SOARES BENTES E OUTRO(A/S)
INTDO. (A/S)	: NOVO HAMBURGO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
ADV. (A/S)	: DANNY FABRICIO CABRAL GOMES E OUTRO(A/S)
INTDO. (A/S)	: BRÁDESCO AUTO RE CIA. DE SEGUROS

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. CONCESSIONÁRIO OU PERMISSIONÁRIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO. **RESPONSABILIDADE OBJETIVA** EM RELAÇÃO A TERCEIROS NÃO-USUÁRIOS DO SERVIÇO. RECURSO DESPROVIDO. I - A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal. II - A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado. III - Recurso extraordinário desprovido.

A única testemunha é o próprio motorista do ônibus, Sr. Lourival.

Pelo meu voto, dava parcial provimento ao apelo da autora.

**CAMPOS PETRONI**  
Desembargador

17.249